



ATA DE REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 17/05/2024

Responsável técnico: João Lopes Alves de Almeida; Diretor Superintendente: Rubens Xavier Martins; Responsável pela movimentação financeira: Wesley de Almeida Franco; Representante do Conselho Deliberativo: Silvana Ferreira Caetano.

Às 09 horas e 30 minutos do dia 17 de maio de 2024, atendendo à convocação, reuniram-se no Instituto os membros do Comitê que assinam abaixo. Dando início aos trabalhos, foi feita a leitura da ata da reunião anterior, após, o sr. João, diretor financeiro, procedeu à leitura da ordem do dia:

1) Carteira de Investimentos do Instituto, cenários e despesas. O diretor financeiro iniciou fazendo a leitura do relatório que a LDB, consultora do Instituto, divulga mensalmente analisando os cenários doméstico e internacional tomando como base, no caso, o encerramento de abril e informando perspectivas para os períodos seguintes, baseadas no relatório Focus, divulgação de especialistas e de outros órgãos de mercado, como o COPOM e FED. Conclui com recomendações para as carteiras de RPPS's. Permanece a sugestão de compra direta de títulos do tesouro, NTN-B's, como estratégia para ancoragem de rentabilidade acima da meta atuarial para redução da volatilidade global da carteira pela marcação na curva, sendo que tal estratégia exige carregamento dos títulos até seu vencimento, razão pela qual precisa ser respaldado por estudo ALM. Este Comitê tem reforçado, a fim de esclarecimentos, que até o momento não tem sido possível ao Ipred comprar títulos diretos ou investir em papéis com carência por não haver solvência de recursos frente ao seu passivo, fator demonstrado em estudo ALM, anteriormente contratado. Em razão disto, se faz necessário manter os recursos em investimentos com alta liquidez, não havendo parcela para alocações com carências longas ou carregamento de títulos até o vencimento.

O Ibovespa encerrou o mês em -1,70%. As previsões para os principais índices do mercado doméstico, segundo o Boletim Focus de 10/05/24, estão no quadro abaixo:

	2024				2025				2026		2027	
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*	Hoje	Comp. semanal*
IPCA (%)	3,71	3,72	3,76	▲ (1)	3,56	3,64	3,66	▲ (2)	3,50	= (45)	3,50	= (45)
PIB (var. %)	1,95	2,05	2,09	▲ (2)	2,00	2,00	2,00	= (22)	2,00	= (40)	2,00	= (42)
CÂMBIO (R\$/US\$)	4,97	5,00	5,00	= (3)	5,00	5,05	5,05	= (3)	5,10	= (3)	5,10	= (3)
SELIC (% a.a.)	9,13	9,63	9,75	▲ (2)	8,50	9,00	9,00	= (3)	9,00	▲ (3)	8,63	▲ (1)

* comportamento dos indicadores desde o último Focus, os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

WZ

A carteira do IPRED encerrou o mês de Abril com um total de R\$ 100.466.350,22 de PL. A rentabilidade da carteira foi de R\$ -752.958,35, que equivale aproximadamente a -0,74%, contra uma meta de 0,8%. Dos recursos da carteira, R\$ 74.757.661,06, um percentual de 74,41%, estão alocados em fundos de renda fixa e os outros 25.708.689,16, 25,54%, em fundos de renda variável e outros (multimercado, imobiliários, FIP's e exterior). Do PL, a quantia de R\$ 99.393.703,90 compreende a reserva para despesas previdenciárias, e os outros 1.072.646,32, a reserva para despesas administrativas.

Sobre o investimento existente no fundo BTG PACTUAL ABSOLUTO permanece a decisão de aguardar uma posição favorável para o resgate do recurso, tendo em vista que a sua cotização para resgate é de D+30, ou seja, o valor a ser marcado para cota de resgate é aquele computado após 30 dias da solicitação do resgate. Sua posição tem sido bastante volátil no último período em função das variações da bolsa.

Tendo em vista que no mês de junho haverá obrigações relativas ao décimo terceiro da folha de benefícios, ficou acordado neste Comitê que será resgatado o recurso do fundo CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA para fazer frente a essas obrigações, caso necessário. O fundo em questão, comparativamente aos demais fundos de curto prazo da carteira, possui risco pouco maior, contudo seu retorno tem ficado aquém dos demais.

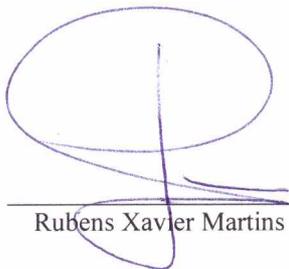
Foi discutido nesta reunião o problema da descapitalização dos investimentos do Instituto que vem ocorrendo mensalmente em razão das obrigações da folha de benefícios que, atualmente, está em mais 23 milhões de reais ao mês. Este ocorrido tem preocupado o Comitê devido às receitas auferidas de repasses de contribuições estarem sendo inferiores aos gastos, incorrendo em redução do PL da carteira. Este problema tem como efeito, além do desfazimento de posições de curto e longo prazo que poderiam render por mais tempo, ocasionar o desenquadramento legal de certos investimentos, os quais exigem limite máximo em determinados percentuais, sendo que ao se reduzir o PL, os percentuais alocados ultrapassam os limites determinados tanto pela Resolução 4.963/21, quanto pela Política de Investimentos do Instituto. Por este motivo, o RPPS fica obrigado a resgatar todo ou parte do recurso a fim de trazer o percentual alocado para dentro do limite legal, a exemplo do que foi feito com o fundo Western Asset BDR Nivel I há alguns meses. Ações como esta, tanto para reenquadramento quanto para pagamento de despesas, podem ocasionar movimentações desfavoráveis, quando a variação do investimento está negativa (VPD), ou seja, quando na ocasião do resgate o retorno do investimento está negativo em relação à aplicação inicial. É imperativo e urgente que se encontre uma solução para o problema das receitas mensais. O Sr. João mencionou que além das cobranças junto à PMD quanto à regularização dos repasses da taxa de administração, dos acordos de parcelamento e da dívida, o Conselho Deliberativo tem feito movimentações no sentido de exigir resposta da Prefeitura para esta situação, inclusive com agendamento de mesa de negociações diretamente com o Prefeito.

Por fim, para o pagamento das demais despesas com a folha de benefícios, o Comitê concordou em permanecer seguindo a prática de resgatar dos fundos de curtíssimo prazo, DI, para fazer frente às

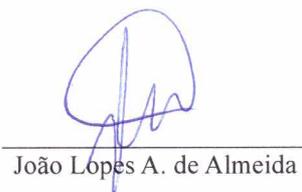


obrigações e caso necessário utilizar demais fundos que tenham liquidez, inclusive renda variável, que estejam com variação positiva para que não sejam realizadas perdas.

2) Dívida PMD: O diretor financeiro atualizou o Comitê quanto aos valores da dívida da PMD referentes a parte da alíquota suplementar do período de 05/2018 a 01/2021. O total atualizado desse montante está em R\$ 369.471.261,30. Através do Ofício nº 54/24-S, esse valor foi notificado à PMD para regularização da dívida. Sem mais a acrescentar a reunião foi encerrada.



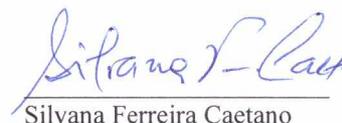
Rubens Xavier Martins



João Lopes A. de Almeida



Wesley De Almeida Franco



Silvana Ferreira Caetano